



Opinião Econômica

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BoCom
BBM e professora do departamento de
economia da PUC-Rio



Reajuste do Bolsa Família confirma que crianças deixaram de ser prioridade

Atualmente, o programa é muito mais generoso com famílias unipessoais

Na última semana, o governo anunciou um reajuste de cerca de 15% no Bolsa Família (BF), elevando todos os benefícios do programa de forma linear. Poderia parecer uma boa notícia: diversas avaliações mostram que o BF foi capaz, ao longo dos anos, de reduzir a pobreza, com efeitos concentrados nas crianças -melhora em indicadores de saúde e desempenho educacional e maiores chances de mobilidade social.

Mas o Bolsa Família de hoje é bastante diferente daquele criado em 2003, que gerou todos esses resultados. Ele passou por mudanças significativas, que fizeram com que justamente as

crianças perdessem prioridade.

Entre as mudanças está a garantia de um benefício mínimo por família, com ou sem crianças, herdado das regras do Auxílio Emergencial, que foi pago durante a pandemia. Essa regra faz com que famílias muito diferentes entre si recebam exatamente o mesmo valor, independentemente de quantas crianças têm e de que idade.

Um exemplo ajuda a ilustrar a enorme distorção que foi gerada. Pelos novos valores, uma família composta por um único adulto elegível tem direito a receber R\$ 164 de Renda de Cidadania. Como esse valor fica abaixo do mínimo, a trans-

ferência total para esse adulto será de R\$ 691. Já uma mãe com dois filhos, de 8 e 10 anos, por sua vez, tem direito a R\$ 164 por integrante (R\$ 492 para os três) mais R\$ 58 por criança do Benefício Variável Familiar (R\$ 116), somando R\$ 608. Essa família, composta por um adulto e duas crianças, receberá os mesmos R\$ 691.

Estima-se que o valor médio do benefício passe a ser R\$ 777 -apenas R\$ 86 acima do mínimo-, indicando que praticamente todas as famílias recebem valores parecidos, independentemente do tamanho e da composição.

Fica assim evidente que o

valor mínimo penaliza justamente as famílias com crianças, ignorando que é nelas que a pobreza mais se concentra. Desconsidera também que o retorno de programas assistenciais é maior entre as crianças, já que é nessa fase que se formam as capacidades que as tornarão mais produtivas, mais inseridas no mercado de trabalho e menos dependentes dessa mesma assistência na vida adulta.

Como o novo BF é muito mais generoso com famílias unipessoais, não surpreende que o programa se tenha expandido nessa direção. O número de famílias beneficiárias unipessoais mais que dobrou, passando de

cerca de 2 milhões em 2021 para quase 4 milhões em 2026.

Em perspectiva comparada, o número de famílias com três integrantes passou de 4 milhões para 5 milhões no mesmo período. Ou seja, o programa passou a servir proporcionalmente muito mais adultos solteiros que mães solo com crianças pequenas.

É curioso que um programa tão bem-sucedido quanto o Bolsa Família continue descaracterizado justamente naquilo que explica seu sucesso: o foco nas crianças. Acabar com a regra do benefício mínimo e recalibrar os valores do pagamento per capita são mudanças que dariam retornos muito mais garantidos a um orçamento muito menor.

O reajuste, que deve custar R\$ 5,8 bilhões só neste ano e cerca de R\$ 22 bilhões a mais por ano em 2027 e 2028, tem custo de oportunidade: poderia ter sido direcionado às crianças pobres, mas não foi.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas!
Vai investir na sua empresa?
Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




CPFL RGE dobra investimento em rede trifásica no campo

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Até 2025, a CPFL RGE investia, em média, cerca de R\$ 50 milhões para ampliar a malha trifásica no meio rural em sua área de concessão no Rio Grande do Sul. Porém, a partir de 2026, a concessionária projeta aportar em torno de R\$ 100 milhões nessa iniciativa, anualmente.

Esse montante possibilita a implantação de cerca de 1 mil quilômetros por ano em redes trifásicas no meio rural. O diretor-presidente da CPFL RGE, Ricardo Dalan, detalha que entre os segmentos que apresentam mais demanda pelo fortalecimento da rede elétrica no campo estão o leiteiro, a suinocultura e a avicultura. Porém, o dirigente frisa que a medida não pode ser adotada de maneira indiscriminada. “Às vezes, o cliente acha que o trifásico é uma solução que vai resolver todos os proble-

mas e não é”, alerta o executivo. Dalan argumenta que essa alternativa atende a uma demanda de um público específico de consumidores, dependendo do tipo e da quantidade de equipamentos que irão consumir a energia elétrica.

O dirigente salienta que a distribuidora buscou os sindicatos rurais, por meio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetagr-RS), para levantar os locais com necessidade de robustecimento de rede, para fazer ações mais estratégicas. O representante da CPFL RGE afirma que seria até uma decisão inconsequente da distribuidora estender a rede trifásica para todos os usuários. Ele explica que essa ação dispararia o custo da tarifa de energia e poderia ser enquadrada na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) como investimentos imprudentes, pois não é uma solução necessária para todos os clientes. De acordo com Dalan, dos cerca de 3,2 milhões

de clientes que a concessionária atende no Rio Grande do Sul, em torno de 422 mil unidades consumidoras estão localizadas no meio rural.

Dos clientes rurais da CPFL RGE, cerca de 60% ficam localizados próximos a uma rede trifásica, com possibilidade de conexão. No entanto, desses consumidores, diz o diretor-presidente da concessionária, apenas 30% optaram por migrar para a rede trifásica. “O restante não entendeu que era preciso”, frisa o executivo. No total da sua área de concessão, levando em consideração os ambientes urbanos e rurais, o diretor-presidente da CPFL RGE adianta que no ciclo de 2026 a 2030 a previsão de investimento da empresa é de R\$ 9,3 bilhões. Neste ano, até maio, a distribuidora já havia desembolsado R\$ 625 milhões (em 2025, o total foi de R\$ 1,6 bilhão).

Entre novos empreendimentos destacados por Dalan estão a recente finalização da subestação Gravataí 4 e as obras da su-



DIVULGAÇÃO CPFL RGE/JC

Distribuidora deverá aportar cerca de R\$ 100 milhões ao ano na ação

bestação Nova Santa Rita, que estão prestes a acabar. Os dois complexos somados totalizam aproximadamente R\$ 100 milhões. Sobre os efeitos do temporal do começo desta semana na área de concessão da CPFL RGE, que atende a 381 municípios gaúchos, Dalan detalha que o clima adverso fez com que em torno de 380 mil clientes ficassem sem energia. No início de ontem, 94%

dessas unidades já tinham a eletricidade restabelecida.

O dirigente enfatiza que os problemas com os vendavais são agravados com a presença de vegetações de grande porte próximas à rede elétrica. Ele defende que é preciso discutir e trabalhar nessa questão para que em futuros eventos semelhantes a retomada da energia possa ser feita de forma mais rápida.